Anais do I **Seminário Internacional História do Tempo Presente**
Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. **ISSN 2237-4078**

Renovação, reconstrução e pastiche - a ânsia de reproduzir a arquitetura do passado no presente

Renovation, reconstruction and pastiche - the eagerness to reproduce the architecture of the past in the present.

Fátima Regina Althoff
Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade,UFSC
fralthoff@yahoo.com.br

Resumo: As reconstruções, renovações e cópias de arquitetura do passado são práticas recorrentes na história das sociedades urbanas. Sabemos que outrora estas práticas tiveram inúmeras motivações, como para conservar simbolicamente um monumento, ou na busca da relação com a perfeição artística. Atualmente continua-se a reconstruir, renovar e criar imitações, seja em nome da recuperação da identidade social e cultural ameaçada por violentas perdas, no caso de guerras ou catástrofes; seja como criação de cenários urbanos para o desenvolvimento da indústria turística, ou simplesmente como desejo de reviver no presente uma experiência estética do passado. Neste artigo buscamos discutir as várias facetas destas tendências.
Palavras-chave: Reconstrução, pastiche, cenários urbanos, turismo, preservação do patrimônio histórico

Abstract: The reconstructions, renewals, and copies of past architecture are a pervasive fact in the history of urban societies. We know that practices had numerous reasons as to preserve a symbolically monument, or in connection with the pursuit of artistic perfection. Today a lot of people continue to rebuild, renew and create imitations, whether in the name of the recovery of social and cultural identity threatened by violent loss, in the event of disasters or wars, as creating scenarios for urban development of the tourism industry, or desire to relive in this aesthetic experience of the past. In this article we discuss the various facets of these trends.
Key-words: Reconstruction, pastiche cityscapes tourism, historic preservation

Introdução[1]

Este trabalho pretende ensejar uma discussão sobre as tendências, de reprodução da arquitetura do passado, e que vem se intensificando em tempos de pós-modernidade. E é a partir de nosso tempo que podemos iniciar a abordagem requerida.

Na pós modernidade, conforme Santos (2004, p.12), valorizamos cada vez mais a

[1] Este artigo teve como base Dissertação de Mestrado de minha autoria, "Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense - a gestão do patrimônio urbano de Joinville" do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2008.

imagem, em detrimento do objeto, "a cópia ao original, o simulacro (a reprodução técnica) ao real". Os trabalhos de preservação do patrimônio edificado com ênfase na imagem, e suas intervenções estetizantes, em âmbito mundial, vêm influenciando na adoção da pura representação deste patrimônio destituído de seus valores mais legítimos. Some-se a isto o apelo incondicional à memória, chegando mesmo a se constituir numa obsessão dos tempos atuais, a evocação de modelos da arquitetura do passado como uma reação à progressiva perda das referências coletivas, ocasionado pelo "processo de individualização" na medida em que este rompe os elos que alimentam a memória coletiva, destruindo seus suportes materiais e imateriais (DECCA, 1992, p.31).

Talvez a possibilidade da reprodutibilidade técnica tenha sido a mola propulsora deste processo, e em específico com relação às obras de arte, a possibilidade de criação de vários originais de uma mesma obra coloca em xeque o conceito de autenticidade. Questão esta já largamente discutida, abordada com brilhantismo no ensaio do filósofo alemão Walter Benjamin, "A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica", (1936), considerando que, com as técnicas de reprodução em massa, a obra de arte perde sua "aura", pois não sendo mais única, fica privada de sua originalidade. Como o objeto abordado aqui é a arquitetura, faz-se necessário analisar o que esta representa neste contexto.

Para tanto consideraremos o que Roger Scruton (1979) observou, quando distinguiu a arquitetura das demais artes, isolando algumas características próprias da arquitetura. Segundo o autor, o primeiro traço de distinção, diz respeito a sua "utilidade ou função"; em segundo lugar tem a qualidade de ser "localizada", o que a condena ser parte do próprio meio ambiente constituindo um sentido de lugar; outra condição é a "técnica", cujas mudanças muitas vezes se encontram totalmente dissociadas de sua dimensão estética; uma quarta distinção é o "caráter de objeto público", e citando Ruskin, reitera sua opinião de que "a arquitetura é a mais política das artes, por impor uma visão dos homens e seus objetivos, independentemente de qualquer acordo pessoal por parte dos que vivem com ela"; e finalmente, o traço que considera o mais importante dentre todos, é o fato de que "a arquitetura é primordialmente uma arte vernácula", existindo "primeiro e principalmente como um processo de arranjo em que todo homem normal pode participar e participa na verdade, na medida em que constrói, decora ou arranja as salas" (SCRUTON, 1979, p.14-25).

Portanto, e conforme Meira (2008, p. 23) "a arquitetura detém, além das funções que exerce na atualidade, uma imagem como representação daquilo que ela foi um dia. É também

discurso, como um texto que conta uma história que passou". Esta possibilidade de expressão estética diante da dimensão da arquitetura como objeto público e como arte vernácula, faz com que sua representação tenha grande importância para o imaginário popular, e seus vários tempos artísticos sejam apropriados para reforçar representações que importam a preservação da memória de uma dada comunidade, assim como para servir de produto a ser consumido nesta era do espetáculo e do descartável.

O aparato técnico a serviço da estética do passado

Se formos voltar no tempo para procurar as referências mais antigas do ato conservar ou restaurar um bem arquitetônico, veremos que as noções ou posturas conhecidas e adotadas atualmente, são relativamente novas. Na antiguidade existiam formas de conservar um monumento, mesmo que fosse simbolicamente, reconstruindo ou reformando. Ainda não havia uma consciência histórica, e as intervenções eram de atualização. O sentido do termo restaurar, para os romanos, era de refazer, valorizando os monumentos enquanto símbolos e representações que importavam ser mantidos.

A partir do Renascimento, a procura pela forma ideal, espelhada na forma greco-romana, leva os arquitetos a adotarem uma postura de imitação, recriando a partir da relação com o perfeito, reelaborando o pré-existente. Ao lado da admiração pelo antigo assiste-se a uma destruição do mesmo, interessando este, enquanto possuía uma função didática, onde a matéria não tinha valor.

Durante todo o século XIX, os bens históricos urbanos foram objetos de acirradas discussões e posicionamentos quanto às formas de preservá-los, surgindo daí os primeiros estudos teóricos e práticos sobre os mesmos. Neste contexto surge o Restauro Estilístico, a partir de uma retomada da arquitetura do medievo, o gótico. O arquiteto se sente na obrigação de manter a obra antiga como tal e se volta totalmente para o passado. Camilo Sitte, arquiteto e historiador de arte austríaco, propunha a convivência de vários períodos históricos, para que todos pudessem desfrutar dos vários momentos artísticos da cidade, introduzindo dessa forma o conceito de cidade-museu.

A Teoria da Restauração, de Cesare Brandi, vem se consolidar neste contexto europeu apesar das muitas experiências de reconstrução em andamento ou já concretizadas, passando a

ser adotada nos meios técnicos oficiais no nosso mundo ocidental. Tinha como pano de fundo a pintura artística, considerando lícita a intervenção que se preocupava com a dimensão histórica e a dimensão estética da obra de arte, estabelecendo dois princípios fundamentais, o da "distinguibilidade" e o da "reversibilidade", para garantir a originalidade e a autenticidade da obra. A partir daí, documentos conclusivos de encontros científicos e fóruns internacionais, produto do pensamento e anseios da comunidade científica, mais conhecidos como "cartas patrimoniais", continuaram a balizar a atuação e a gestão técnica dos preservacionistas.

Apesar dos avanços, por todo no século XX, obras de completamentos[2] e reconstruções continuaram a ser executadas decorrentes dos apelos preservacionistas, aqueles que não levam em consideração a dimensão histórica de um bem, e por vezes as intervenções técnicas de iniciativa pública em órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio edificado. Em alguns casos é escancarada a priorização da imagem como representação, valorizando os aspectos visuais em detrimento do percurso histórico do bem. Este expediente muitas vezes serve aos interesses políticos e econômicos como instrumento de definição de alteridade, fazendo parte do conjunto de ações utilizado pelas agências governamentais para alcançar seus objetivos, na constituição de uma dada identidade para um dado momento político-social.

As mesmas práticas podem ser utilizadas para recuperar sítios históricos inteiros, como aconteceu na reconstrução da cidade Colonial Williamsburg, no estado de Vigínia nos Estados Unidos, tal qual era no séc. XVIII., já que, tudo o que chegou a existir depois disso não foi digno de continuar existindo, sendo sumariamente destruído (GONÇALVES, 1996).

Em nome da recuperação da identidade social

Na década de 1930, após a segunda grande guerra deu-se início a uma série de reconstruções e renovações de áreas urbanas. A grande parte destas intervenções, era de reconstruções históricas, com a preocupação de retomar a imagem de antes da guerra para os conjuntos urbanos degradados. Dentre os muitos centros históricos reconstruídos podemos citar os das cidades alemães de Frankfurt, Münster, Nurenberg e na Polônia, Breslau e Varsóvia. As reconstruções se deram com base nas evidencias dos escombros e em

[2] Continuidade de obras de arquitetura inacabada, ou reconstruções de partes de edificações arruinadas.

documentação fotográfica anterior, constituindo-se em réplicas, justificadas em nome da saúde mental de seus habitantes, que perderiam todas as referencias do lugar onde viveram e teriam de continuar a viver. Mesmo se tratando reconhecidamente de falso histórico, a reconstrução de partes destas cidades é valorizada, pelo esforço empreendido no sentido de recuperar a identidade social e cultural ameaçada pelas violentas perdas. A reconstrução do centro histórico de Varsóvia, capital da Polônia, constitui um caso emblemático do período. O centro histórico arrasado pela guerra foi reconstruído com base nas evidencias dos escombros e em documentação fotográfica anterior, constituindo-se numa réplica.

Nas imagens a seguir encontram-se retratados dois momentos da Praça Romerbeg, em Frankfurt, Alemanha. Na Fig 01, aproximadamente dois anos após os bombardeios, a praça já sendo liberada dos escombros. Na Fig. 04 as edificações em enxaimel são reconstruções dos originais que existiam no lado esquerdo do observador da fotografia da Fig. 02

Fig. 01 Praça Romerberg em 1947, Frankfurt. Destruída na II Guerra Mundial em 1945.
Fonte: ALTHOFF, cartão postal.

Fig.02 Edificações reconstruídas na Praça Romerberg,Frankfurt.
Fonte: http://www.frankfurt.de. Michael Glowalla

No entanto, e apesar de todos os documentos internacionais que alertam para a não conveniência do falso histórico, em 2002, foi aprovado um projeto de reconstrução do antigo palácio barroco, residência dos reis prussianos em Berlim, o Hohenzollern Stadtschloss, no mesmo lugar onde se localizava até 1950. O novo edifício irá abrigar o Fórum Humboldt, um centro de intercâmbio cultural, científico e social. e terá a volumetria do antigo palácio, copiando as três principais fachadas original, sendo a fachada leste de estética contemporânea.

Para a sua construção foi demolido o Parlamento da Alemanha Oriental, construído em meados da década de 1970, conhecido como Palácio da República. É claro que essa, assim como toda reconstrução de repercussão mundial, foi objeto de grande discussão, muito criticada pelos opositores, que a tacharam de "mera arquitetura cenográfica". No entanto sabemos que este tipo de cenografia possui um propósito, já que recupera para a nação o principal espaço de encenação do poder absoluto, com grande valor simbólico, o que no nosso entendimento técnico não justificaria a cópia.

O que impressiona são os discursos utilizados na defesa da reconstrução. O Ministro de Obras e Planejamento Urbano Tiefensee e Lampugnani, dentre outros argumentos, elogia principalmente "a recuperação da Praça do Palácio, o belvedere na frente leste e a *nova autenticidade urbana* (grifo nosso) que surge através da ligação do Jardim do Lustgarten com a cidade" (ALBUQUERQUE, 2009).

O presidente do Conselho do Patrimônio Histórico de Berlim e professor de História da Arte na Universidade Técnica de Berlim, Adrian von Buttlar, se refere à nova construção como "palácio clonado", usado para uma "versão depurada" da história prussiana com vista ao fomento de identidade. Se colocou ainda contra a demolição do Palácio da República - Parlamento da Alemanha Oriental e defendeu a preservação dos vestígios da história recente na capital alemã (ALBUQUERQUE, 2009).

Os cenários urbanos a serviço do desenvolvimento da indústria turística

No final do século XX e iníco do XXI a imagem vem adquirindo uma grande importância. Passa a ser condição de desenvolvimento para muitas cidades a produção de uma imagem minimamente sedutora e o desenvolvimento da indústria turística, como atividade econômica rentável, vem justificar, juntamente com a preservação material de acervos arquitetônicos, a conservação e a criação dos cenários urbanos. Assim, o patrimônio histórico recuperado é tomado como instrumento para veicular as imagens mais características de algumas cidades. Quanto ao tipo de tratamento dado, a seguinte observação se adequa muito bem, "as intervenções urbanas são equiparadas a embalagens para auxiliar no consumo dos produtos das cidades por moradores e visitantes" (VIEIRA, 2006).

No Brasil, esta tendência foi abraçada por alguns municípios, que possuíam áreas

históricas de importância nacional, como Pelourinho (Salvador, BA), São Luiz (Ma), e Recife (PE). Além de algumas conseqüências adversas às comunidades locais, preteridas em nome da indústria turística, do ponto de vista técnico da conservação – restauração, a preocupação predominante foi com a imagem, principalmente no que diz respeito às cores utilizadas nas pinturas das edificações. Os critérios de intervenção utilizados foram majoritariamente discutíveis, principalmente do ponto de vista da autenticidade e integridade dos conjuntos.

Aqui no sul do País convive-se com uma grande onda de incentivo ao desenvolvimento turístico, de iniciativa governamental. Neste caso, o patrimônio histórico e os atributos naturais são lembrados, passando a preservação a constituir-se em matéria de urgência na agenda dos municípios, e não raro, no afã de fabricar rapidamente um produto de fácil assimilação turística, apelam para o *pastiche*. Em algumas cidades dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul este tipo de cópia é recorrente. Em muitas delas já desprovidas de unidades típicas originais, que caracterize a etnia de predominância local, surgem as imitações para conferir o caráter requerido.

Esta não é uma prática nova, já em 1981, um artigo assinado pelo Jornalista Bento Silvério intitulado "Enxaimel para Turista"[3], abordava a tendência do pastiche, então nascente, nas regiões do nordeste e Vale do Itajaí, em Santa Catarina. O jornalista inicia seu artigo com o caso de Blumenau, onde o prefeito Renato Mello Viana, empolgado com o sucesso que duas construções do tipo fazem aos olhos dos turistas que visitam a cidade, resolveu editar uma lei[4], em 1977, que incentivava o aparecimento de construções novas em "estilo enxaimel", ou como ele mesmo escreveu em "estilo típico".

As edificações com linguagem neo-enxaimel, continuam sobressaindo em meio às demais nas área centrais de Joinville e Blumenau. São edificações de grande porte, ocupando na maioria das vezes dois ou mais lotes. Estes exemplares são construídos em técnica contemporânea, com estrutura em concreto e alvenaria de tijolos, e para imprimir a linguagem do enxaimel, são fixadas às fachadas peças de madeira de espessura mínima, a fim de conferir o aspecto requerido.

---

[3] Jornal Boi de Mamão, Nº 6 - Fundação Catarinense de Cultura.

[4] Lei Nº 2.262 que em seu artigo primeiro determina: "Fica o executivo autorizado a conceder favores fiscais às edificaçoes que forem construídas dentro do perímetro urbano de Blumenau para fins comerciais, residenciais, isolados ou conjuntamente, e que apresentarem os estilos arquitetônicos típicos conhecidos como enxaimel e Casa dos Alpes, nas seguintes bases: a- 50% do imposto predial urbano para edificações residenciais; b- 1/3 do IPTU para as edificações destinadas ao comercio, obedecendo os critérios de lançamento estabelecido pelo Código Tributário do Município". A mesma lei fixava o benefício por um período de 10 anos, a partir da concessão do habite-se.

Fig. 03: Esquina da Rua do Príncipe com a Rua 9 de março – Joinville, SC.
Fonte: ALTHOFF, 2007

No âmbito internacional são conhecidas cidades que se destacam pela profusão de imitações com finalidade turística e de lazer, como Las Vegas nos Estados Unidos, com hotéis e cassinos construídos de colagens de edificações históricas da Europa.

Já na China uma empresa trabalha num projeto imobiliário na província de Guangdong, cidade de Huizhou, na reprodução da vila austríaca de Hallstatt, tombada como patrimônio da humanidade. A empresa chinesa está construindo a cópia como um conjunto residencial que deverá ocupar 1 milhão de metros quadrados na beira de um lago, como na Áustria.

Considerações Finais

Na Convenção da Unesco realizada em Paris em 1972 sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural foi feito um alerta quanto às medidas preventivas para a salvaguarda das paisagens e sítios do patrimônio cultural, indicando a imitação ou pastiche como uma ameaça a estes bens, quanto a construção de edifícios públicos e privados de qualquer natureza recomenda: “Seus projetos deveriam ser concebidos de modo a respeitar

determinadas exigências estéticas relativas ao próprio edifício e, evitando cair na imitação gratuita de certas formas tradicionais e pinturescas, deveriam estar em harmonia com a ambiência que se deseja salvaguardar."

Este respeito à diversidade de contextos culturais na avaliação e determinação do autêntico, foi particularmente tratada e detalhada na Carta de Brasília sobre Autenticidade, documento regional do Cone Sul sobre autenticidade, assinado pela Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, com data de 5 de dezembro de 1995. A Carta relaciona este conceito com o de identidade, que por sua vez é compreendida como uma forma de pertencer e participar, a um dado lugar. Importante destacar a mensagem que o termo encerra, considerando "autêntico, quando há correspondência entre o objeto material e seu significado" bem como, "as vicissitudes às quais o bem foi sujeito ao longo de sua história" sem alteração de seu caráter. O Documento continua por relacionar autenticidade ao contexto, primando por manter o conteúdo sócio-cultural e o equilíbrio entre o edifício e seu entorno; à materialidade, considerando legítima a substituição de alguns elementos através de técnicas tradicionais, para a arquitetura vernácula e tradicional; graduações possíveis, dependendo da representação do bem e sua qualificação quanto ao "aspecto espacial, construtivo, funcional e/ou decorativo; e finalmente, como deve ser conservada esta autenticidade, considerando básico para uma intervenção a "harmonia" e a "reversibilidade", recuperando o "caráter" do edifício e "sem transformar sua essência e equilíbrio". Condenando toda forma de fachadismo, colagem, preservação de fragmentos, recursos que levam apenas a "mera cenografia" (CURY, 2004, p.323-328).

Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville. 2008. 208 f.. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ALBUQUERQUE, Carlos. O Palácio de Berlim como espaço de encenação. Reunificação. www.dw-world.de. 2009. Disponível em: <http://www.dw-orld.de/dw/article/0,,3880319,00.html> Acesso em: 25 ago. 2011

BENJAMIN, Walther. Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras Escolhidas*, Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. 7a edição.

CURY, Isabelle (org.).Cartas patrimoniais. 3a. Edição rev. aum. - Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e Cidadania. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura – DPH, 1992. p. 129 -135.

EMPRESA na China planeja cópia da vila austríaca Hallstatt. Turismo. Folha.com. 15 de jun. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/930526-empresa-na-china-planeja-copia-da-vila-austriaca-hallstatt.shtml> Acesso em: 30 ago. 2011

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. A retórica da Perda. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996

MEIRA, Ana Lúicia Goelzer. O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. 483 f.Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

SANTA CATARINA - Jornal Boi de Mamão, Nº 6. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1979.

SCRUTON, Roger. Estética da Arquitetura. Lisboa: Edições 70, 1979.

SOUZA FILHO, Carlos Marés de. Bens culturais e proteção jurídica. 3. ed. Ver. Curitiba: Juruá Ed., 2005. p. 53.

SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno. 1ª ed., 22. reimpr. São Paulo: Brasiliense, Coleção primeiros passos; 165, 2004.

VIEIRA, Natália Miranda.Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho: "Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades". In: CD da 25° reunião brasileira de antropologia, 11 a 14 de junho. Goiânia. Goiás. Brasil, 2006.